



Exma. Senhora  
Chefe do Gabinete de Sua Excelência a  
Presidente da Assembleia da República  
Dra. Noémia Pizarro

SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO DE	NOSSA REFERÊNCIA	DATA
		Nº: 1394 ENT.: 980 PROC. Nº:	28/02/2014

ASSUNTO: RESPOSTA A PERGUNTA N.º 1931/XII/2.ª

Encarrega-me a Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade de junto enviar cópia do ofício n.º 710, de 28 de fevereiro, remetido pelo Gabinete do Senhor Ministro da Economia sobre o assunto supra mencionado.

Com os melhores cumprimentos,

A Chefe do Gabinete

Marina Resende

Gabinete da Secretária de Estado dos  
Assuntos Parlamentares e da Igualdade  
Entrada n.º 980  
Data: 28-02-2014

Exma. Senhora  
Chefe do Gabinete da  
Secretária de Estado dos Assuntos  
Parlamentares e da Igualdade  
Dra. Marina Resende

SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO DE	NOSSA REFERÊNCIA	DATA
Of. N.º 2567/SEAPI	02/05/2013	N.º: /2012 ENT.: /2012 PROC. N.º:	

**ASSUNTO: Resposta à pergunta n.º 1931/XII/2ª, de 02 de maio de 2013  
«Taxa turística»**

Na sequência do ofício acima identificado e, em resposta à pergunta n.º 1931/XII/2ª, de 02 de maio de 2013, formulada por vários Senhores Deputados do Grupo Parlamentar do CDS-PP, encarrega-me Sua Excelência o Ministro da Economia de, relativamente às questões colocadas, que se referem às suas competências em razão da matéria, transmitir o seguinte:

I. Como nota prévia às questões colocadas na referida pergunta parlamentar, informa-se:

O XIX Governo Constitucional considera inquestionável o facto de o Turismo ser um sector prioritário para a estratégia de desenvolvimento do país e para o crescimento da economia Portuguesa, sendo Portugal um dos principais destinos turísticos do mundo, bem como um dos poucos países em que o número de visitantes que recebe anualmente é superior à sua própria população residente.

O sector do turismo representa um contributo de 9% para o nosso PIB e de 8% para o emprego, sendo um dos mais importantes sectores exportadores. Estes elementos ilustram bem a importância que o bom desempenho do sector do turismo pode significar para o nível de riqueza e de crescimento que a nossa economia consegue gerar.

Recentemente, a revisão do Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT), consubstanciou a importância do Turismo na projeção e no crescimento económico que se pretende almejar, no sentido de que o no nosso país consiga superar a situação de debilidade em que se encontra. O novo documento, atesta a transversalidade do sector e a multiplicidade dos seus protagonistas, nomeadamente ao nível governativo. O reconhecimento deste elemento, consubstancia-se na criação da Comissão de Orientação



Estratégica para o Turismo (COET), a qual é presidida pelo Primeiro-Ministro e composta, a título permanente, pelo membro do governo responsável pela área do turismo, pelos restantes membros do governo cujas competências sectoriais têm influência direta ou indireta na área do turismo.

No PENT, foram igualmente definidos os objetivos estratégicos até 2015, nomeadamente as metas quantitativas, em que se pretende continuar a consolidar resultados ao nível das dormidas, sendo a procura externa o principal motor do crescimento e prosseguindo a estratégia de diversificação da procura. Em relação às receitas, base da rentabilidade e sustentabilidade das empresas, e num cenário de financiamento limitado, o objetivo é crescer 6,3% ao ano.

II. *Resposta às questões colocadas:*

1. A adoção de uma taxa turística por parte dos municípios, que venha a encarecer o preço final das dormidas nas unidades hoteleiras, poderá representar para uma diminuição da sua receita e/ou da sua margem de negócio, contribuindo negativamente para a sua viabilidade. A cobrança de taxas turísticas municipais pode ser efetivamente um fator de risco na estabilidade de um dos sectores da economia portuguesa que melhor tem conseguido resistir à crise.
2. É previsível e é expectável que o aumento do preço de um determinado bem ou serviço, possa gerar uma perda de competitividade, relativamente a outros mercados em que o preço desse bem ou serviço seja relativamente mais acessível. Ainda que a aplicação de uma “taxa turística” seja uma prática em vigor em alguns países, Portugal deve proteger e privilegiar um sector que tem uma importância preponderante e muito significativa no contexto do crescimento da sua atividade económica.
3. No respeito pela autonomia autárquica nesse domínio, e não podendo de forma alguma interferir na gestão própria de cada município, Sr. Secretário de Estado do Turismo tem feito publicamente alusão aos efeitos nefastos de tal iniciativa. Apelou, inclusivamente, às autarquias, para não aplicarem taxas turísticas nos hotéis, advertindo que tal não seria adequado face ao momento difícil que o país atravessa.

Com os melhores cumprimentos,

A Chefe do Gabinete



---

Vera Rodrigues